



De: Secretaria de Saúde – Gestão de processos

Para: Procuradoria Geral do Município

O presente processo administrativo versa sobre impugnação da empresa **RPE EMPREENDIMENTOS ALIMENTARES EIRELI** em face do edital n. **47/2021** cujo objeto é a licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de nutrição e alimentação destinada a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Municipal Raul Sertã.

Passamos a seguir discorrer sobre as formulações realizadas pela impugnante:

a) Dos atestados Exclusivos:

Quanto alegação sobre a exigibilidade de atestados de capacidade técnica que compõe o referido **Edital n. 047/2021** do processo administrativo n. **16.957/2020** vimos ratificar as informações constantes no Termo de Referência (Anexo I) do instrumento editalício, considerando que faz-se necessário apresentar **ATESTADO**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, **devidamente registrado** no Conselho Regional de Nutrição, de modo a comprovar ter prestação dos serviços de fornecimento de alimentação em outras unidades de saúde e que englobe o fornecimento de gêneros e produtos alimentícios, estocagem, preparo, manipulação e a distribuição de alimentação normal e dietética, fórmulas infantis e alimentos complementares, com disponibilização de mão de obra qualificada para a execução das tarefas, bem como, equipamentos, materiais e utensílios.

Isto posto, considerando a Resolução 600 de 25 de fevereiro de 2018 que versa sobre as definições das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, de acordo com o artigo 3º, item II, alínea (a), vimos de acordo com a norma legal acima exposta ressaltar que não há maneira de se falar sobre **falta de diferenciação** na prestação de serviços hospitalares em detrimento de outros, uma vez que o mesmo artigo contempla

outras alíneas que dispõe sobre áreas de **atuação distintas**. Contudo, pugnamos pela manutenção da exigência posta no instrumento editalício.

Vale ressaltar que a prestação de serviço de Nutrição e Alimentação Hospitalar deve ser tratado de maneira singular, uma vez que o resultado da qualidade nutricional impacta frontalmente na recuperação e até mesmo na manutenção da vida de muitos pacientes, pois o fator nutritivo é imprescindível, e, por isto, o atestado técnico é inafastável.

b) Alvará da cozinha central.

Como a alegação se refere a questão totalmente jurídica, pois coloca em cheque o fato do rol apresentado pelo artigo 30 da Lei 8.666/93 ser exaustivo, entendemos para maior esclarecimento e decisão fundamentada adequadamente, encaminhar os autos para a douta Procuradoria Geral do Município se pronunciar quanto a questão em tela.

Contudo, submetemos a apreciação desta especializada no que tange aos aspectos jurídicos da presente impugnação, para após, adotar as medidas necessárias ao prosseguimento do feito.


CÉRES LOURENÇO TEIXEIRA

Gestão de Processos

Mat: 062.195

Processo: 15684/2021

Requerente: RPE Empreendimentos Alimentares Eireli

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 047 de 2021 - Registro de Preços -
Processo Licitatório n. 16.957/2020

Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente em 25/06/2021 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 047 de 2021 - Registro de Preços (Processo Licitatório n. 16.957/2020), que tem por objeto licitar a melhor proposta para prestação do serviço de nutrição e alimentação destinada a pacientes, acompanhantes, funcionários e outros autorizados nas dependências do Hospital Municipal Raul Sertã.

Inicialmente, cumpre informar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 02 de julho de 2021.

Em suma, a empresa alega em sua peça de impugnação a existência de restrição no certame, tendo em vista a exigência de atestado de capacidade técnica referente à prestação de serviços de alimentação em outras unidades de saúde, previsto no item 21.3, que restringiria a ampla concorrência, não possuindo amparo em lei, bem como a exigência de licença de funcionamento da cozinha industrial central da empresa licitante prevista no item 21.1 para fins de qualificação técnica, limitando que apenas licitantes com cozinha em funcionamento possam participar do certame.

A Comissão de Pregão II, às fls. 08/09, recebeu a impugnação, eis que tempestiva, encaminhando o procedimento à Secretaria de Saúde para manifestação do setor técnico quanto à alegada restrição, tendo em vista se tratar de exigência disposta no termo de referência, documento de cunho eminentemente técnico.

A Secretaria de Saúde, às fls. 10/11, afirmou que quanto à exigibilidade dos atestados de capacidade técnica, considerando a Resolução n. 600/2018, que versa sobre as definições das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições de acordo com o art. 3º, item II, alínea "a", "(...) não há maneira de se falar sobre falta de diferenciação na prestação de serviços hospitalares em detrimento de outros, uma vez que o mesmo artigo contempla outras alíneas que dispõe sobre áreas de atuação distintas", bem como que "(...) a prestação de serviço de Nutrição e Alimentação Hospitalar deve ser tratado de maneira singular, uma vez que o resultado da qualidade nutricional impacta frontalmente na recuperação e até mesmo na manutenção da vida de muitos pacientes, pois o fator nutritivo é imprescindível, e, por isto, o atestado técnico é inafastável".

Por fim, encaminhou os autos a esta Procuradoria-Geral para manifestação quanto à alegação sobre a exigência de alvará de funcionamento da cozinha central, bem como aos demais aspectos jurídicos da impugnação.

É o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 25/06/2021 é tempestiva, em conformidade com o art. 41, § 2º da Lei n. 8.666/93, tendo em vista que a realização do Pregão estava marcada para 30/06/2021.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

De acordo com o item 28.2 do edital, cabe ao Pregoeiro responder os pedidos de esclarecimento/impugnação, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado

Verifica-se que o Pregoeiro respondeu a impugnação às fls. 08/09, tendo encaminhado o procedimento à Secretaria de Saúde para manifestação do setor técnico quanto às alegadas restrições, tendo em vista se tratar de exigências dispostas no termo de referência, eminentemente técnico.

Pois bem. Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e modalidade da modalidade da licitação são de competência da secretaria requisitante.

Quanto à exigência de atestado de capacidade técnica referente à prestação de serviços de alimentação em outras unidades de saúde, previsto no item 21.3, que de acordo com a impugnante restringiria a ampla concorrência, não possuindo amparo em lei, a Secretaria de Saúde já se manifestou, justificando e fundamentando às fls. 10/11 a manutenção da exigência posta no edital, conforme trecho que se transcreve a seguir:

“(...) considerando a Resolução 600 de 25 de fevereiro de 2018 que versa sobre as definições das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, de acordo com o art. 3º, item II, alínea (a), vimos de acordo com a norma legal acima posta ressaltar que não há maneira de se falar sobre falta de diferenciação na prestação de serviços hospitalares em detrimento de outros, uma vez que o mesmo artigo contempla outras alíneas que dispõe sobre áreas de atuação distintas (...)”.

“(...) a prestação de serviço de Nutrição e Alimentação Hospitalar deve ser tratado de maneira singular, uma vez que o resultado da qualidade nutricional impacta frontalmente na recuperação e até mesmo na manutenção da vida de muitos pacientes, pois o fator nutritivo é imprescindível, e, por isto, o atestado técnico é inafastável”.

De fato, a Resolução n. 600/2018 do CFN diferencia as áreas de atuação das atividades de nutrição, segregando a atividade de Nutrição Clínica (Assistência Nutricional e Dietoterápica Hospitalar, Ambulatorial, etc.) das demais atividades, conforme se pode ver da redação do art. 2º e 3º:

Art. 2º Sem prejuízo do pleno exercício profissional nos termos da Lei Federal nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, esta Resolução dispõe sobre as atividades dos nutricionistas nas seguintes áreas de atuação:

I. Nutrição em Alimentação Coletiva.

II. Nutrição Clínica.

III. Nutrição em Esportes e Exercício Físico.

IV. Nutrição em Saúde Coletiva.

V. Nutrição na Cadeia de Produção, na Indústria e no Comércio de Alimentos.

VI. Nutrição no Ensino, na Pesquisa e na Extensão.

Art. 3º As áreas de atuação descritas no Art. 2º ficam assim definidas:

[...]

II. Área de Nutrição Clínica – Assistência Nutricional e Dietoterápica Hospitalar, Ambulatorial, em nível de Consultórios e em Domicílio:

la.

- A. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica em Hospitais, Clínicas em geral, Hospital-dia, Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Spa clínicos.
- B. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica em Serviços e Terapia Renal Substitutiva.
- C. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI).
- D. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica em Ambulatórios e Consultórios.
- E. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica em Bancos de Leite Humano (BLH) e Postos e Coleta.
- F. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica em Lactários.
- G. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica em Centrais de Terapia Nutricional.
- H. Subárea – Atenção Nutricional Domiciliar (pública e privada).
- I. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica Personalizada (*Personal Diet*).

Ademais, o inciso II do art. 30 da Lei n. 8.666/93 admite a exigência de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, portanto, se o objeto da licitação é a prestação de serviço de nutrição e alimentação hospitalar, s.m.j., não se vislumbra restrição na exigência do atestado de capacidade técnica previsto no item 21.3.

Quanto à alegada restrição provocada pelo item 21.1, verifica-se que a Secretaria de Saúde optou pela exigência de licença de funcionamento expedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da cozinha industrial central da empresa licitante, conforme item 19.1 do termo de referência.

De acordo com a Lei n. 8.666/93, poderá ser exigido dos interessados para habilitação nas licitações a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso, nos termos do art. 30, inciso IV:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

h.
3

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Já o art. 28, inciso v, c/c o art. 27, preveem que o ato de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente será exigido dos interessados para habilitação nas licitações.

Sendo assim, em princípio, s.m.j., a exigência de apresentação de alvará emitido pela vigilância sanitária não se constitui em cláusula de caráter restritivo, mas em atendimento a legislação especial, conforme entendimento da jurisprudência:

EMENTA - DENÚNCIA PROCEDIMENTO LICITATÓRIO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PREPARO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO EXIGÊNCIA DE ALVARÁ SANITÁRIO AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO POSSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PREVISTA EM LEI ESPECIAL PERTINÊNCIA COM O OBJETO LICITADO LEGALIDADE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE IRREGULARIDADE ARQUIVAMENTO. A lei de licitações permite a possibilidade da apresentação de documentação prevista em lei especial, em determinados casos, como requisito de habilitação técnica. O Código Sanitário do Estado de Mato Grosso do Sul é claro ao dispor que as ações de vigilância sanitária abrangem os alimentos e o seu preparo, bem como, estabelece a obrigatoriedade de alvará sanitário para funcionamento. Conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), é lícita a exigência de alvará sanitário e de localização ou funcionamento quando a atividade assim o exigir, como no caso de o objeto da licitação ser contratação de serviços de preparo e fornecimento de alimentação. O processo de denúncia é arquivado diante da não comprovação de irregularidade alegada pelo denunciante. ACÓRDÃO: Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 2ª Sessão Reservada do Tribunal Pleno, de 15 de agosto de 2018, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, pelo arquivamento da Denúncia formulada por Patrícia Dias Costa em face do Departamento Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, por possível ocorrência de irregularidades no procedimento licitatório Pregão Presencial nº 005/2017 porquanto, não ficaram comprovadas as irregularidades descritas pela denunciante no processo em tela, bem como pela suspensão do caráter sigiloso dos autos. Campo Grande, 15 de agosto de 2018. Conselheiro Iran Coelho das Neves Relator (TCE-MS - DEN: 220572017 MS 1849961, Relator: IRAN COELHO DAS NEVES, Data de Publicação: Diário Oficial do TCE-MS n. 1846, de 27/08/2018)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - LICITAÇÃO - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES - EXIGÊNCIA DE ALVARÁ DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA NA FASE DE HABILITAÇÃO - POSSIBILIDADE SE ESSA EXIGÊNCIA ESTAVA PREVISTA NO EDITAL - DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1- A Administração Pública, além de observar a igualdade de condições a todos os concorrentes, deverá também atender aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo. 2- O edital é a lei interna das licitações, é o instrumento normativo ao qual se vinculam tanto a Administração, quanto os candidatos. 3- Estabelecidas as regras que regerão o certame e, em sendo publicadas, devem ser obedecidas, tanto por quem as editou, tanto por quem a elas se submete, devendo, ainda, os termos do edital obedecer à legislação vigente. Se os candidatos estão vinculados ao instrumento convocatório, se o edital faz lei

entre as partes e se o edital exigia em seu item 5.3.1 do Anexo IV do Edital de Pregão Eletrônico nº 062/2013: *Alvará de Vigilância Sanitária, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde, com validade prevista em Lei*; das empresas participantes, poderia e deveria sim a comissão permanente de licitação inabilitar a ora apelada, razão pela qual merece reforma a sentença recorrida. 4- Recurso conhecido e provido. VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes os acima mencionados. Acorda a Egrégia Quarta Câmara Cível, na conformidade da ata e notas taquigráficas da sessão que integram este julgado, à unanimidade, dar provimento ao recurso. (TJ-ES - APL: 00238968620138080012, Relator: WALACE PANDOLPHO KIFFER, Data de Julgamento: 19/10/2015, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 23/10/2015)

No mesmo sentido, o TCU entende que tal exigência não se constitui em cláusula de caráter restritivo, se exigida ao licitante vencedor, conforme Acórdão n. 125/2011:

4.4 Nos termos do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, incumbe à vigilância sanitária regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, entre eles, conforme o § 1º, inciso IV, os saneantes destinados à higienização, desinfecção ou desinfestação em ambientes domiciliares, hospitalares e coletivos. Entende-se que a exigência ao licitante vencedor de apresentação de alvará emitido pela vigilância sanitária não se constitui em cláusula de caráter restritivo, mas em atendimento a legislação especial. Em sentido semelhante foi o entendimento do Acórdão 473/2004 do Plenário, conforme se verifica no item 13 do Voto que o fundamentou, que analisou licitação que tinha como objetivo contratar serviços de zeladoria, limpeza, conservação e dedetização, realizada pela Companhia Docas do Estado de São Paulo.

4.5 Há que se observar que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art.28, inciso V, c/c o art. 27, que o ato de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente será exigido dos interessados para habilitação nas licitações, bem como será exigido dos interessados para habilitação nas licitações a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso, nos termos do art. 30, inciso IV, c/c o art. 27. Entende-se que essa norma também alcança as licitações na modalidade pregão, ante o previsto no art. 4º, inciso XIII e art. 9º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Portanto, s.m.j., a exigência de licença de funcionamento não constitui caráter restritivo, estando em consonância com o art. 30, IV, da Lei n. 8.666/93. Todavia, verifica-se pelo teor do item 21.1 do edital que a referida exigência não está adstrita à licitante vencedora, conforme recomendado pelo TCU. Sendo assim, caso seja ratificada sua necessidade, sugere-se que seja dirigida apenas à licitante vencedora.

Ademais, no caso do presente certame, a contratação é para a prestação do serviço de nutrição e alimentação nas dependências do Hospital Municipal Raul Sertã, gerando dúvida acerca da real necessidade de que as licitantes possuam licença de funcionamento da cozinha industrial central.

Nos autos do Processo Administrativo n. 15.706/2021 (apenso), a Secretaria de Saúde afirmou que tal licença "(...) é necessária para garantir a aptidão da empresa licitante para o funcionamento, ou seja, a referida licença é um requisito intrínseco para conferir à empresa o direito de explorar a prestação do serviço de Nutrição e Alimentação na rede hospitalar".

la


Tratando-se de exigência de caráter técnico, acerca da execução do objeto, cabe à Secretaria de Saúde, responsável pela elaboração do termo de referência, ratificar a necessidade ou não de tal requisito de qualificação técnica para a presente contratação.

Por todo o exposto, opina-se pela remessa dos autos à Secretaria de Saúde para manifestação de sua competência e, após, à Comissão de Pregão II para ciência e prosseguimento do certame, tendo em vista que os demais questionamentos já foram respondidos pelo Pregoeiro.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 05 de julho de 2021.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 062.642

Vistos De acordo
06/07/21

Ana Paula Brito Jordão
Procuradora Geral do Município
Mat. 32.004



Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo

PROCESSO Nº	15684/21
DATA	9 / 7 / 21
FOLHAS Nº	17
RUBRICA	e

Processo: 15684/21 - 16957/2020

Requerente: RPE Empreendimentos Alimentos Eirelli

Assunto: impugnação

À Comissão de Pregão II;

Os autos retornam após a juntada do parecer emitido pela Procuradoria Geral, que procedeu análise jurídico/legal da impugnação interposta pela empresa requerente.

Assim, considerando o parecer esta Secretaria entende que a exigência deverá ser mantida, porém com muito bem-lançado a exigência editalícia impugnada deverá ser tão somente da empresa vencedora. **Com isso, com o devido acatamento, sugere-se que a empresa vencedora deverá apresentar o alvará sanitário no prazo de 24 horas após a publicação e adjudicação do resultado da licitação, ou seja, antes da homologação da licitação.**

Quanto ao atestado de capacidade técnica esta Secretaria mantém incólume a exigência posta no edital.

São estas as considerações que seguem para apreciação e adoção das medidas de estilo

Nova Friburgo, 09 de julho de 2021.

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137